



Roteiro para a Cidadania e Igualdade

Grupo de Trabalho sobre Ambiente e
Bem-estar

Recomendações e propostas

Documento de trabalho preparado por Álvaro Cidrais
(FAJUDIS)

ANIMAR, julho de 2017

Conteúdo do documento

0.	Ficha Técnica de Entidades do Grupo de Trabalho.....	3
1.	Enquadramento.....	4
2.	Processo de auscultação.....	4
3.	Resumo das sessões.....	6
4.	Constatações e conclusões gerais da auscultação.....	12
5.	Recomendações e propostas	15

0. Ficha Técnica de Entidades do Grupo de Trabalho

Dinamizador do GT e das sessões de auscultação

Álvaro Cidrais - FAJUDIS

Entidades Locais/Regionais envolvidas

- Câmara Municipal Tomar
- IEFP Tomar
- Cena Aberta – Companhia Teatral de Santarém
- Rancho Folclórico do Casal Sentista
- Centro Recreativo e Musical do Outeiro Grande

Especialistas Convidados/as

- Arminda Neve - Investigadora no ISCSP
- Cecília Delgado – Investigadora LNEC
- Daniela Mendes –Dirigente da Associação Krer +
- Isabel Beja – Sócia-gerente Geostratégia
- Isabel de Sousa - Investigadora do CLISSIS
- Isabel Rebelo –Dirigente da cooperativa SEIES
- Marina Antunes – Diretora do ISSS da Universidade Lusíada de Lisboa
- Marta Ferraz – Diretora técnica ARIA

As sessões de auscultação decorreram a 23 e 24 de junho de 2017. O processo de auscultação de especialistas convidados foi feito através correio electrónico, por convite, no período entre 15 e 28 de julho. A redacção deste documento (versão ainda provisória) foi realizada entre 4 e 8 de agosto. Este documento será enviado de novo para auscultação dos associados ANIMAR no início do mês de setembro.

1. Enquadramento

A Animar tem vindo a articular com a Sr.ª Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade Dr.ª Catarina Marcelino, a operacionalização do Roteiro Cidadania em Portugal que para a Animar se tornou num processo e oportunidade de aprendizagem, de partilha e de constituição de plataformas colaborativas locais e nacionais, para alavancagem de parcerias de ação territorial nos domínios da Cidadania e Igualdade.

Neste contexto, foi criado o grupo de trabalho sobre Ambiente e Bem-Estar que tem como finalidade: Dar voz às comunidades com menores condições de proximidade aos sistemas institucionais de cidadania, apresentando sugestões e recomendações de governação. Este grupo teve a FAJUDIS como entidade dinamizadora, sendo o trabalho de animação e sistematização de ideias da responsabilidade de Álvaro Cidrais.

Para delimitar a temática de reflexão (extremamente vasta), considerou-se conveniente focar numa orientação consensualizada à escala global: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS 2030), que referimos de seguida. Como tal, considerou-se pertinente trabalhar em torno dos 17 objetivos, não descendo à escala das suas medidas e indicadores de avaliação.

2. Processo de auscultação

Para contrariar a hipervalorização do «olhar urbano», de base técnica e tendencialmente centralista, que habitualmente ocorre na abordagem às políticas nacionais, optou-se por uma solução diferente de auscultação de cidadãos e cidadãs residentes em contextos urbanos de menor dimensão e em espaços rurais. Assim, escolheu-se a região de Tomar- Santarém para realizar este trabalho. Considera-se que esta abordagem tem um elevado potencial para ser alargada a outros territórios em moldes semelhantes, envolvendo um leque mais alargado de instituições e cidadãos.

Para se atingir os resultados desejados, no espírito da iniciativa que lhe dá origem, considerou-se essencial começar este processo reflexivo com base na auscultação de cidadãos/ãs que, na maioria dos casos não tem voz nem proximidade com o poder, sendo pessoas que, por diversos motivos, são alvo de exclusão de diferentes níveis, devido à idade, ao género, à origem étnica, à ausência de emprego, às baixas qualificações ou à sua localização geográfica em contextos de menor proximidade aos serviços de bem-estar e qualidade de vida.

Nessa medida, com a intervenção da FAJUDIS, o apoio da delegação do IEPF de Tomar, a Câmara Municipal de Tomar, a Cena Aberta – Companhia Teatral de Santarém, o Rancho Folclórico do Casal Sentista, e o Centro Recreativo e Musical do Outeiro Grande, foram realizadas 6 sessões de auscultação, nas quais foram auscultados 68 cidadãos/ãs (40 do sexo feminino e 28 do sexo masculino), entre os 13 e os 87 anos, (10 pessoas, com idades entre 10 e os 19 anos + 8, dos 20 aos 29 + dos 7, dos 30 aos 39 + 11, dos 40 aos 49 + 16, dos 50 aos 59 + 8 pessoas, dos 60 aos 69 + 8, dos 70 em diante) que se posicionaram sobre as questões do Bem-estar e do Ambiente. Destas, 3 pessoas não sabem ler nem escrever, 14, possuem menos

do que a 4ª classe, 26, possuem entre o 6º e o 8º ano, 10 possuem o 9º ano, 5º possuem entre o 10º e o 12º ano e 10 pessoas possuem frequência universitária. Os grupos etários mais avançados possuem menores qualificações. Este padrão apenas é contrariado no grupo dos Flecheiros onde os níveis de instrução/qualificação são os mais baixos.

Definiram-se os conceitos de Bem-estar e de Ambiente.

O Ambiente foi definido como um sistema complexo e integrado, «o Meio», a envolvente integrada entre Natureza, Economia e Espaço Social. As pessoas tendiam para equiparar «Ambiente» a «Natureza».

Quanto ao bem-estar, foi definido como um estado subjectivo e pessoal de sentimento de conforto, agrado e boa-disposição. Neste caso, um objectivo individual com uma dimensão colectiva e co-responsável, também influenciado pelo ambiente.

Foram realizadas 6 sessões de auscultação, com abordagens diferentes, adequadas a cada grupo/situação específica de auscultação.

Foram dinamizadas 5 sessões com base nos ODS 2030 e 1 com uma orientação baseada no encadeamento sequencial de perguntas chave:

1. O que é para si o bem-estar?
2. Como se constrói, na perspectiva dos ODS 2030?
3. Que orientações/recomendações/medidas poderemos indicar ao governo para concretizar esta abordagem?

Em 5 sessões, foi entregue uma folha com os ODS 2030 a cada pessoa e pedido que identificasse os 5 ODS mais importantes e os 5 menos relevantes. Depois deste processo de selecção, iniciou-se o debate em torno das 3 perguntas chave, tentando perceber o sentido de orientação de cada grupo sobre estas temáticas. As «conversas» baseadas numa abordagem adaptada de *focus-group* foram abertas, havendo uma moderação «provocadora» por parte do dinamizador/animador das sessões baseada em questões e na partilha de ideias que emergiram no âmbito de outros grupos de auscultação.

A conversa com a família de etnia cigana residente no acampamento dos Flecheiros foi dirigida de outro modo, não tendo sido apresentados os ODS 2030 como ponto de partida, pretendendo uma abordagem menos formal de modo a conseguir captar as percepções que as diferentes pessoas presentes têm sobre as suas condições de vida, de bem-estar e de ambiente, tentando também perceber o seu sentir e os aspectos que mais valorizam neste contexto temático.

Seguidamente, apresenta-se um resumo dos conteúdos de cada um destes grupos de auscultação.

3. Resumo das sessões

Tomar 1 – IEF – grupo de 9 formandos/as do curso de pastelaria, NÍVEL 3 (5 mulheres e 4 homens, entre os 19 e os 56 anos)

O que é preciso para ter bem-estar?

Bem-estar é: Acordar todos os dias e ver os filhos; Ter saúde; Ter alimentos de qualidade; Estar bem comigo; Ter dinheiro; Conviver; Haver igualdade; Haver respeito; Dar-me bem com as outras pessoas; Ter um diálogo saudável; Ajudar alguém; Ver a outra pessoa bem; Darmo-nos todos/as bem.

Debate sobre «Como construir o bem-estar?»:

Somos todos e todas muito diferentes! A questão económica cria desigualdades. A sociedade, a publicidade, promove o consumo e a dependência. Vivemos numa sociedade de conforto pela posse de bens materiais. Cabe-nos o poder de contrariar essa tendência ... usando a tecnologia, os telemóveis de modo útil e consciente. O que nos traz bem-estar é ter emprego, a casa, a dinheiro. Mas, o bem-estar não tem que ver só com estes aspectos, tem que ver com o amor, a amizade, a família, a compaixão, etc. E com o sentido de justiça/equilíbrio/igualdade.

Orientações para a promoção da melhoria do Ambiente e do Bem-estar:

- Ter pleno emprego para ganhar autonomia e tempo para pensar nas outras coisas
- Mais consciência sobre o que andamos a fazer com o ambiente (integrando as 3 dimensões)
- Mais fiscalização e controlo sobre o que deve ser feito
- Pensar no que devemos fazer para ser feliz e não apenas para sobreviver ou consumir
- Melhor trabalho das autarquias
- Aumentar a corresponsabilidade e o respeito entre as pessoas
- Ajudar as pessoas que mais precisam, nomeadamente as que são portadoras de deficiência
- Reduzir a burocracia
- Tratar pessoas com doenças específicas
- Olhar pelas pessoas

Tónicas centrais:

Saúde; Diversidade; Igualdade/justiça; Consciencialização; Educação; Entajuda/apoio; Inclusão. Mais introspecção e respeito.

Tomar 2 – IEFEP – grupo de formandos/as do curso de logística NÍVEL 3 (8 mulheres e 9 homens, entre os 18 e os 60 anos de idade)

O que é preciso para ter bem-estar?

Ter saúde e educação; Ter saúde e os bens necessários; Ter um emprego estável; Ter apoio; Não se sentir excluído/a; Ter os bens necessários (afeta muito saber que não se tem meios); Ter uma vida saudável para todos e todas em todas as idades; Ter casa, saúde e trabalho; Igualdade; O bem-estar decorre de tudo o que nos rodeia; Ter saúde, educação e trabalho (4 pessoas), o resto vem por acréscimo.

Debate sobre «Como construir o bem-estar?»:

Ter saúde e emprego é uma base tão importante como ter uma boa relação com as outras pessoas e saúde mental. As pessoas que têm sofrimento sócio afetivo sentem mais necessidade de buscar os prazeres efémeros, por isso, consomem tudo o que podem – facilmente entram em consumos e dependências – e vivem uma vida esquizofrénica, sem afeto. A saúde mental é a coisa mais importante, por isso, a entreaajuda também é essencial, bem como o apoio psicológico e o acompanhamento hospitalar em certas situações. Há muita exclusão psiquiátrica (e ao nível da psicologia) de diferentes tipos de pessoas/doenças (mais e menos graves).

Orientações para a promoção da melhoria do Ambiente e do Bem-estar:

- Educação (5 pessoas)
- Educação das sensibilidades – o que queremos para nós e para os/as outros/as
- A Educação é fundamental
- Estabelecimento de regras e normas – valores para o desenvolvimento humano
- Parar para pensar e ganhar consciência
- Combater a corrupção
- Pensar e agir de acordo com o bem comum
- Contrariar o consumismo, promover a introspecção e a capacidade de perceber o que nos está a acontecer
- Ter/mostrar informação mais detalhada sobre os temas do ambiente e bem-estar
- Pensar em todos e todas, ouvir mais o que o povo quer, decidir em função disso

Tónicas centrais:

Educação; Boas relações; Entreaajuda/apoio; Inclusão; Saúde mental.

Tomar 3 – família cigana (8 homens entre os 14 e os 64 anos), habitando em condições precárias, no acampamento dos Flecheiros.

O que é preciso para ter bem-estar?

Ser aceite; Ter casa para habitar em condições; Ter mais habilitações literárias; Ter trabalho e emprego para as pessoas mais jovens.

Debate sobre «Como construir o bem-estar?»:

«A autarquia não olhava para nós como pessoas, mas, antes, como ciganos». «Vivemos assim porque não temos outras condições. Queríamos viver numa casa tão boa, com água e luz, como qualquer um». Temos um rótulo que nos exclui dos bens essenciais de educação, formação, emprego, que potencializam a autonomia. Ninguém quer ter ciganos ao pé. «Sofremos uma exclusão étnica perante o emprego, que nos lança no caminho de pobreza». O desemprego e falta de rendimentos colocam a comunidade cigana numa situação de fragilidade, promovendo a marginalidade. O cigano é uma pessoa com as mesmas ambições que as outras, mas é sempre olhado de lado, com desconfiança. Este não é apenas um problema das pessoas de etnia cigana, os refugiados, os africanos, muitos outros sofrem do mesmo. Mas a exclusão é mais forte neste caso. Dificilmente um cigano consegue arranjar emprego ou alugar casa. Basta que nos aceitem/respeitem e nos ajudem a ter melhores condições de vida.

Orientações para a promoção da melhoria do Ambiente e do Bem-estar:

- Mudar a imagem negativa que a sociedade tem sobre «o/a cigano/a»
- Ajudar a ter as condições básicas de vida
- Criar melhores condições (diferentes/inspiradoras) de aprender integrados na sociedade mas com a identidade respeitada
- Articulação direta entre o ACM e o Ministério da Educação e associações locais, através de projetos socioculturais inclusivos com as escolas
- Criar percursos/escolas multiculturais com professores/as capacitados/as para lidar com as várias culturas e capazes de seguir diversas linhas pedagógicas – são capazes de criar pontes e destruir os preconceitos
- Escutar mais as pessoas ... principalmente as que são excluídas

Tónicas centrais:

Inclusão (contrariando a rotulagem que exclui); Educação; Rendimento básico; Condições básicas de qualidade de vida.

Santarém – Associação Teatro Cena Aberta (8 mulheres, entre os 13 e os 65 anos, ligadas ao sector associativo e artístico)

O que é preciso para ter bem-estar?

Paz; Proteger as pessoas; Ouvir música; Conviver; Haver igualdade (de oportunidades); Justiça; Educação; Ler e ensinar a ler; Haver trabalho; Fome zero; Pobreza zero; Praticar atividade física; Dançar, Caminhar, Relaxar; Partilhar; Haver tomada de decisão em conjunto; Sentir autonomia.

Debate sobre «Como construir o bem-estar?»:

A Natureza é o suporte de tudo, por isso é essencial preservar os ecossistemas e bens naturais como a água. Depois, é preciso garantir a Paz e educar para a entreatuda e a amizade. Também é preciso garantir trabalho e rendimentos para as pessoas poderem ter uma vida digna. Além disso, é preciso cultivar o sentido artístico e a atividade física como motores de bem-estar e saúde individual, mas também como criadores de boas relações entre as pessoas. O carinho, o afeto, o amor a amizade são pilares essenciais do bem-estar, devem ser parte integrante de toda a educação. Tudo isto deve ser desenvolvido no contexto de um sistema e efectivamente democrático onde as decisões são tomadas em conjunto.

Orientações para a promoção da melhoria do Ambiente e do Bem-estar:

- Promover a partilha
- Acabar com a violência e a discriminação
- Criar postos de trabalho reais
- Promover a democraticidade das tomadas de decisão
- Dar voz a todos/as, nomeadamente aos/às mais jovens

Tónicas centrais:

Garantir a Paz; Democracia; Proteção da Natureza e dos ecossistemas; Atividades físicas e artísticas são essenciais; A partilha e as relações estão no centro do bem-estar.

Casal Sentista – Rancho Folclórico (8 mulheres e 4 homens, entre os 16 e os 79 anos)

O que é preciso para ter bem-estar?

Equilíbrio com a Natureza; Saúde; Trabalho; Educação; Justiça; Combater a desigualdade e a pobreza; Cultura (sentido artístico); Andar na rua sem maus cheiros; Apoio às pessoas mais frágeis; União, compromissos e bom senso.

Debate sobre «Como construir o bem-estar?»:

Precisamos de viver em equilíbrio com a natureza, cuidar uns dos outros e ter uma perspectiva integrada de todos os aspectos da vida. Temos de saber usar a tecnologia, num contexto de cultivo do egoísmo e do domínio dos interesses económicos, para promover a saúde e o bem-estar. Os avanços da genética, da saúde e da tecnologia não chegam a todos e todas. Não se usam todas as tecnologias disponíveis porque o mercado comanda as decisões. Ainda não existe saneamento básico para todos. Os transportes são fundamentais para aumentar a acessibilidade das pessoas com mais dificuldades aos bens básicos de qualidade de vida. A qualidade dos alimentos (dos solos e dos processos ecológicos de produção) tem de ser uma preocupação central. Os circuitos curtos e os consumos locais (numa perspectiva de economia circular) são estruturantes. Existe uma imensa necessidade de aumentar a consciência colectiva sobre estes assuntos (ambiente e bem-estar) e sobre a educação (com novas perspectivas, em que a aprendizagem aberta, dinâmica e artísticas/criativa estejam presentes, a par do desenvolvimento de competências tecnológicas). É importante desenvolver modos de aprendizagem em que as crianças são levadas a pensar a partir da experiência prática. A Educação Ambiental é fundamental.

Orientações para a promoção da melhoria do Ambiente e do Bem-estar:

- Trabalho pago dignamente para os/as jovens
- Valorização dos territórios rurais como suportes da vida urbana
- Promoção da agricultura renovável – recriação de rebanhos sustentáveis
- Coragem para assumir políticas ambientais com mecanismos de controlo, penalização e responsabilização (individual e colectiva) – para evitar catástrofes como as de Pedrógão
- Educação com abordagem prática/experimental e não teórica, que mude hábitos, educando para a cultura artística e a criatividade
- Políticas de incentivo a ações de sensibilização e participação como esta
- Criar processos para ajudar a aprender a gerir as tecnologias de informação de modo a promover a consciencialização

Tónicas centrais:

Educação; Mudança de hábitos; Valorização do meio rural como suporte da natureza e da alimentação saudável.

Outeiro Grande – Grupo Recreativo e Musical (10 mulheres e 4 homens, entre os 21 e os 84 anos)

O que é preciso para ter bem-estar?

Saúde (7 pessoas); Educação e Paz (4); Justiça; Menos guerras; Preservação da Natureza; Não haver poluição; Igualdade para todos; Amor; Concórdia; Água de qualidade.

Debate sobre «Como construir o bem-estar?»

Perante o nosso nível económico e de qualidade de vida (país de elevado índice de desenvolvimento humano) focamos os nossos problemas num segundo patamar de desenvolvimento onde as relações se tornam mais importantes do que a posse dos bens. É preciso ter respeito, por tudo e todos, criatividade, amor, cumprir as regras de educação em relação ao ambiente, dialogando. Devemos saber acolher a opinião dos outros. Não podemos esperar pelos outros para avançar. Devemos participar ativamente na nossa comunidade. Devemos ser pessoas resilientes e com uma atitude positiva. Com solidariedade. Construir a felicidade do outro torna-me mais feliz. O Desconhecimento, o individualismo e o egocentrismo tornam-nos mais infelizes. A incapacidade de aceitar a diferença e de escutar o outro cria desconfianças que reduzem o bem-estar. O papel das associações culturais e recreativas é muito grande no cultivo do sentido de entreajuda e de comunidade, são promotoras de saúde. As associações são um pilar do bem-estar. O mundo rural é muito seguro. As aldeias com pessoas e boas relações são espaços de vida com elevado bem-estar. São espaços de saúde mental e cidadania. Os transportes públicos são essenciais para as pessoas que vivem nas aldeias «aldeões/ãs» acederem ao mesmo bem-estar dos urbanos.

Orientações para a promoção da melhoria do Ambiente e do Bem-estar:

- Criar apoios sociais para as pessoas ficarem mais nas aldeias - haver incentivos aos habitantes das aldeias para se deslocarem às cidades onde encontram todos os bens de bem-estar
- Criar melhores condições para o desenvolvimento do associativismo e descentralizar atividades para as aldeias – tem forte impacto na saúde mental das populações
- Aumentar o dinheiro disponível no Orçamento Participativo de Portugal
- Promover a produção de alimentos biológicos e sustentáveis
- Melhorar a educação (para o ambiente e para o desenvolvimento humano dos meios rurais)

Tónicas centrais:

Cumprida a base essencial de rendimentos e de condições de vida. As relações afectivas e de proximidade são promotoras de saúde mental e bem-estar. O associativismo, a comunidade e o mundo rural podem ser instrumentos de ligação positiva entre as pessoas e de promoção da saúde e do bem-estar.

4. Constatações e conclusões gerais da auscultação

Neste trabalho constatou-se que a maioria da população auscultada desconhecia os ODS 2030, a sua lógica holística e integradora, e que considera haver um diferente nível de relevância dos objectivos indicados – alguns sendo considerados irrelevantes para o caso português.

Uma minoria (inferior a 1/3 da população, com níveis de escolaridade superior e de ensino secundário) já tinha ouvido falar, considerando este assunto relevante.

Na medida em que o «nível de instrução» era mais baixo, o desconhecimento sobre os ODS 2030 aumentava. De acordo com a metodologia escolhida, fez-se um levantamento daqueles que os cidadãos e cidadãs consideram ser mais (e menos) relevantes, criando-se, assim, a seguinte hierarquia de valorização:

1º nível de objetivos mais valorizados

- Erradicação da pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos/as, em todas as idades.
- Vida terrestre - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.

2º nível de objetivos mais valorizados

- Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos/as.
- Ação contra a mudança global do clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
- Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

3º nível de objetivos mais valorizados

- Água limpa e saneamento - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos/as.
- Energia limpa e acessível - Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos/as.

- Trabalho decente e crescimento económico - Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos/as.

Objetivos menos valorizados

- Vida na água - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- Redução das desigualdades - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles/elas.
- Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivos quase irrelevantes

- Igualdade de género - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas.
- Inovação de infraestrutura - Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
- Consumo e produção responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Dos debates realizados ficou transparente um sentimento de frustração das pessoas com o distanciamento entre governantes e cidadãos/ãs, e a ausência de auscultação, e de promoção da participação por parte dos diversos níveis de governação, sendo esta iniciativa considerada como uma excelente prática de envolvimento e promoção da cidadania.

É evidente uma grande descrença sobre os processos democráticos e eleitorais, que afasta os cidadãos e cidadãs (de todas as idades e extractos socioculturais) dos processos participativos. Em grande medida, a descrença resulta também da ausência de feedback sobre os processos de participação.

A perspectiva dos objectivos de desenvolvimento sustentável foi considerada a filosofia que deveria estar subjacente a todas as políticas económicas, sociais e ambientais do país, numa abordagem cada vez mais democrática, inclusiva e de corresponsabilidade.

A esmagadora maioria das pessoas escutadas/auscultadas considera o Ambiente (entendido como «Natureza») um dos pilares fundamentais do Bem-estar, tendo um número significativo considerado que as alterações climáticas e a poluição são dois problemas/desafios que o governo tem de enfrentar com diversos tipos de políticas.

Quando apresentamos o Ambiente como um sistema complexo e integrado, «o Meio», a envolvente integrada entre Natureza, Economia e Espaço Social, consideram que a igualdade de oportunidades, a justiça e a equidade são os principais fatores determinantes de bem-estar.

De acordo com a auscultação, procurando criar uma síntese da essência das intervenções, percebe-se que a Paz, a Saúde, o Rendimento (ou trabalho/emprego) e a Natureza sustentável (água, solo, ar de qualidade e preservação da biodiversidade) são as bases essenciais do Bem-estar. Representam um primeiro nível, indiscutível, de bem-estar e qualidade de vida. Uma vez garantidas, podemos avançar para as restantes.

A justiça/equidade, o sentimento de inclusão, a habitação são elementos essenciais referidos pela maioria dos cidadãos e cidadãs para se construir o bem-estar. Sem eles, apesar das condições de 1º nível estarem cumpridas, não se consegue bem-estar! Portanto esta deverá ser uma preocupação constante das políticas de desenvolvimento dos territórios.

De acordo com a maioria dos debates, a Consciencialização da situação actual deve ser uma das prioridades de toda a política de construção de bem-estar. Por isso, o governo deve garantir uma boa informação e uma boa educação a todas as pessoas. Neste sentido, as escolas, as associações e as autarquias são pilares essenciais de promoção desta consciencialização de carácter ambiental e de bem-estar. No fundo, a grande maioria das pessoas ouvidas apontou para a necessidade de haver uma mais efectiva educação ambiental e de bem-estar.

Nesta perspectiva, é unânime e consensual que o bem-estar de todos os cidadãos e cidadãs deve ser o objetivo central de todas as políticas de todos os governos, não sendo necessário existir um ministério específico, mas sendo um tema transversal a todas as políticas, uma preocupação contínua do primeiro-ministro e do presidente da república.

Os ODS2030 mais valorizados pela ENEA são os menos relevantes para as pessoas auscultadas.

Ficou evidente que as pessoas auscultadas consideram que é mais fácil atingir as melhores condições de bem-estar através de um trabalho de colaboração e com corresponsabilidade baseada na auscultação e valorização de todos/as.

Fica evidente que a Educação, a Informação de Qualidade e a Consciencialização são três aspectos fundamentais para o desenvolvimento de processos colectivos que promovam a preservação da natureza e o desenvolvimento das condições de bem-estar.

Também fica claro que o acesso à Habitação, ao Emprego (e conseqüente rendimento) e a transportes colectivos são considerados elementos fundamentais dos processos de inclusão.

Nos debates realizados em meios não urbanos, a dimensão territorial-local emergiu com muita relevância, a par da importância das associações e do associativismo como elementos estruturantes do desenvolvimento sustentável.

Também ficou clara a revalorização do rural como modo de produção de desenvolvimento integrado e de suporte à qualidade da água, dos alimentos e do ar das cidades. Neste contexto, emergiu também a importância da Economia circular e dos Circuitos Curtos como elementos estruturantes da qualidade alimentar e da saúde. Realce-se a este propósito, paralelamente, que, na agenda do HABITAT III, assume-se que a cidade deve ser resiliente e sustentável, capaz de produzir os seus alimentos, em complemento com o meio rural em que se insere. Neste entendimento, percebe-se que a população acaba por valorizar as questões do consumo sustentável como um elemento essencial da concretização dos ODS 2030.

Um dos aspectos mais marcantes de todos os debates foi a sua tendência para colocar a solução no campo da educação, referindo a necessidade de novas abordagens educativas, num sentido de promoção de uma consciência mais sustentável, de acordo com os ODS 2030.

Esta perspectiva aponta muito no sentido da valorização das medidas apresentadas na Estratégia Nacional de Educação Ambiental, conferindo-lhe bastante sentido.

Do mesmo modo, os debates realizados apontam muito no sentido da criação de mecanismos de corresponsabilização e de governança integrada a diferentes escalas, que promovam a participação efectiva dos cidadãos e da sociedade civil nos processos de decisão governativa.

5. Recomendações e propostas

a. Propostas decorrentes da auscultação dos cidadãos e cidadãs

Analisando o conteúdo dos diversos grupos de trabalho, constata-se que a orientação das políticas deve ter um investimento fundamental na área da **Educação, na Informação e na Tomada de Consciência**, de modo a desenvolver a cultura de corresponsabilidade e do bem comum, seguida de perto pela melhoria dos processos de **Decisão Democrática**, designadamente através do aumento da **Auscultação Direta** das populações.

A necessidade de investimento nas políticas ativas de **Criação de Emprego Digno é outra tónica acentuada**, a par de uma forte preocupação com a **Inclusão** e o **Combate às Desigualdades** e o bom **Acesso à Saúde** daqueles que mais precisam, nomeadamente os/as que são portadores de deficiência ou se encontram mais fragilizados pela idade ou por alguma situação de doença mental (temporária ou crónica).

De entre os diversos grupos, aqueles que têm população mais jovem com sensibilidade mais artística, mas, ao mesmo tempo, rural salientaram a importância da **Produção Saudável** e dos **Circuitos Curtos** e do **Associativismo** como fontes de desenvolvimento e de criação de melhores condições de bem-estar e de preservação da natureza.

Em alguns dos grupos surgem outras orientações relevantes como sejam a necessidade do **controlo da cultura de consumismo**, do controlo e da **fiscalização das práticas promotoras de danos ambientais ou de criação de situações de desigualdade**, sendo referidas também a necessidade de melhorar o **trabalho das autarquias** e de promover a **desburocratização** que, em muitos casos, dificulta o acesso dos menos escolarizados aos processos de inclusão social e de bem-estar a que têm direito.

As preocupações mais evidentes na promoção do bem-estar focam-se nos seguintes ODS 2030 que, deste modo, devem ser preocupação constante das diversas políticas do Governo:

- Erradicação da pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos/as, em todas as idades.

- Vida terrestre - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.
- Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos/as.
- Ação contra a mudança global do clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
- Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos/as e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Foi no quadro deste entendimento, visando a apresentação de um conjunto de propostas sintéticas e agregadoras – pragmáticas e exequíveis no curto prazo – que sistematizámos o quadro que a seguir se apresenta.

Quadro de sistematização de ORIENTAÇÕES SUGERIDAS pelas cidadãs e cidadãos para as políticas na área do Bem-estar e Ambiente

Áreas de intervenção	Propostas de orientação	Justificação e observações referidas nas sessões de auscultação
Educação, informação e Consciencialização	A escola joga um papel central, devendo alterar os currículos e as práticas de modo a promover um ensino mais experimental e próximo da realidade . A sociedade civil pode desenvolver mais projetos educativos no modo participativo . O governo devia disponibilizar mais informação através da televisão.	Pretende-se, assim, desenvolver a cultura de corresponsabilidade e do bem comum. Em alguns dos grupos surgem outras orientações relevantes como sejam a necessidade do controlo da cultura de consumismo, modelos ativos de educação, que incorporem as artes, as atividades físicas e a produção agro-alimentar sustentável.
Promoção da Participação e da Decisão Democrática	As autarquias devem melhorar as suas práticas de colaboração com as associações e os grupos informais. O governo tem de mudar as suas práticas, auscultando mais, melhorando os mecanismos de feedback e promovendo a desburocratização dos processos de participação e decisão . Os orçamentos participativos podem ser reforçados.	Existe pouca transparência sobre as decisões tomadas e uma percepção de elevados níveis de corrupção. A desburocratização é considerada essencial para facilitar o acesso dos menos escolarizados aos processos de participação, decisão, inclusão social e de bem-estar a que têm direito. A informação disponível nos canais de televisão e nos jornais é pouco credível.
Emprego e Inclusão	O governo deve garantir políticas de dignidade salarial e criar regras que diminuam as desigualdades e a precaridade do emprego. As autarquias devem fazer mais projetos de desenvolvimento local que criem emprego digno e sustentável nas questões ligadas ao ordenamento, saneamento e preservação da qualidade ambiental.	Há necessidade de investimento nas políticas ativas de Criação de Emprego Digno nomeadamente em atividades de apoio às pessoas com mais carências e aos idosos, designadamente, com a criação de sistemas de transporte que promovam a Inclusão e o Combate às Desigualdades.
Saúde e Habitação	O governo deve criar programas específicos de apoio às famílias que têm pessoas portadoras de deficiência ou que estão a passar por problemas incapacitantes de doença física ou mental . Todas as famílias devem ter condições mínimas de salubridade dentro da habitação.	Os mecanismos de apoio existentes são insignificantes e incapazes de permitir uma vida digna às famílias, principalmente nas áreas da deficiência e da saúde/doença mental (crónica ou temporária). Estas situações fragilizam imenso as condições de bem-estar das famílias.
Produção Saudável e valorização rural	O governo e as autarquias devem desenvolver e apoiar os projetos locais de produção agro-ambiental baseados nas perspectivas da Produção Saudável e dos Circuitos Curtos .	A produção agro-alimentar sustentável cria emprego de base local, novos hábitos de consumo e gera sociedades e comunidades mais saudáveis e resilientes.
Associativismo local	Deve haver melhor apoio ao Associativismo Local como fontes de desenvolvimento e de criação de melhores condições de bem-estar e de preservação da natureza. As associações devem ser levadas a trabalhar mais de forma colaborativa.	Sendo as associações estruturas que nascem da vontade de colaboração dos cidadãos (seus associados), possuem um elevado poder de mobilização e capacidade para gerirem melhor os recursos em função das necessidades locais.
Controlo e fiscalização	O controlo e a fiscalização das práticas promotoras de danos ambientais ou de criação de situações de desigualdade devem ser mais efectivas em todas as componentes e sobre todo o tipo de organizações e pessoas, de modo a garantir maior eficácia das políticas de governo.	Os recentes acontecimentos de Pedrogão Grande realçaram a necessidade de os mecanismos regulamentares existentes serem cumpridos e mais bem controlados.

b. Propostas decorrentes da perspectiva técnica

Baseados nestas orientações nascidas na auscultação dos cidadãos e cidadãs, foi elaborado este documento, que foi partilhado por email e comentado por um grupo de «observador@s/especialistas» reconhecidos nestas áreas de Inclusão Social, Bem-estar e Ambiente, com ampla sensibilidade sobre estas temáticas e sobre o panorama nacional das entidades que operam nestes sectores.

O grupo é composto por Arminda Neve - Investigadora no ISCSP; Cecília Delgado – Investigadora LNEC; Daniela Mendes –Dirigente da Associação Krer +; Isabel Beja – Sócia-gerente Geoestratégia; Isabel de Sousa - Investigadora do CLISSIS; Isabel Rebelo – Dirigente da cooperativa SEIES; Marina Antunes – Diretora do ISSS da Universidade Lusíada de Lisboa e Marta Ferraz – Diretora técnica ARIA¹.

Todos se pronunciaram favoravelmente em relação ao trabalho e ao documento apresentado, sugerindo apenas algumas pequenas melhorias que foram incorporadas na sua grande maioria.

Com base neste processo, podemos arriscar um outro conjunto de propostas com a seguinte estrutura de pensamento:

1. É evidente em todo este processo de auscultação que existe uma necessidade de informação clara aos cidadãos e cidadãs, que passa por processos educativos ativos, participados e por projeto, a partir de uma base local/comunitária, mas com uma coerência nacional. Assim, nasce a pertinência da afirmação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental, como um quadro transversal, integrador e agregador das iniciativas que pretendam promover o Bem-estar e a qualidade do Ambiente.
2. Neste âmbito, nasce a relevância do desenvolvimento de um Observatório (em rede) que sistematize a informação diversa destas áreas, numa forte articulação entre diferentes organizações e instituições. Este observatório poderá agregar e disponibilizar informação relevante para os processos de decisão e participação.
3. A relevância dada pelos cidadãos e cidadãs sobre a dimensão territorial nos processos de co-criação da sustentabilidade ambiental e do bem-estar, bem como a sua vontade de serem membros ativos dos processos de decisão – através de estruturas associativas de diferentes tipologias – remete para a criação de um sistema nacional de colaboração que possa constituir-se como uma rede de governanças territoriais articuladas entre si e capaz de abarcar toda a diversidade sociocultural do país.
4. A evidente vontade de participar nestes processos de decisão, a manifesta necessidade de cultivar as abordagens participativas, nomeadamente junto da população mais jovem, mas, também, aproveitando o tecido associativo existente, sempre baseada nos ODS 2030 e nas abordagens da economia circular, remetem para a pertinência e o reforço das abordagens como o Orçamento Participativo de Portugal ou os orçamentos participativos de base local e escolar.
5. Os orçamentos participativos podem ser, em si, o espaço natural de colaboração local e regional para a resolução dos problemas identificados nesta auscultação, a partir de projetos

¹ O documento final expressa o ponto de vista dos/as cidadãos auscultados, dos seus autores e das entidades e técnicos/especialistas envolvidos neste processo de reflexão.

locais que servem também como instrumentos de desenvolvimento de consciência e de competências (pessoais, organizacionais e comunitárias) essenciais para o desenvolvimento sustentável.

6. A transversalidade desta temática e a necessidade de dar coerência a todo este processo de participação conjunta, guiada para a promoção do Bem-estar, remete para a pertinência de criar ao nível central e, eventualmente ao nível regional, estruturas governativas que possam promover articulações diversas entre ministérios, não exigindo – para já – a criação de um ministério específico sobre o tema.
7. Este conjunto de medidas/recomendações consegue, assim, no quadro institucional, financeiro e regulamentar existente, recorrendo a diversos instrumentos operacionais que já estão no terreno, afirmar uma abordagem de desenvolvimento sustentável, na perspectiva dos ODS 2030, com maior participação dos cidadãos, cidadãs e organizações, contrariando em grande medida a elevada distância percebida entre os cidadãos e as instituições de governação, permitindo, ao mesmo tempo, enquadrar os públicos em situação de exclusão (de diferentes tipos) nos processos de cidadania ativa, contrariando parte das desigualdades que foram identificadas na auscultação.

Refira-se ainda, a título final, que para se conseguir atingir um progresso contínuo na melhoria do bem-estar e no desenvolvimento das melhores condições ambientais (assumindo o ambiente como o sistema integrado de condições económicas, sociais e naturais) se considera essencial garantir a articulação transversal entre políticas de nível nacional, regional e local, numa abordagem de construção continuada de processos de governança multinível e multi-escala - envolvendo cidadãos/ãs, grupos informais, associações, empresas, autarquias e demais órgãos do Estado -, sempre a partir de uma base local.

Nestas reflexões ficou evidente a importância do reforço dos processos democráticos e participativos que buscam esbater as desigualdades e reforçar a consciência coletiva e a corresponsabilidade. Deste modo, as abordagens do tipo SPIRAL deverão ser privilegiadas na definição e na acção de promoção do desenvolvimento sustentável numa plataforma de colaboração e corresponsabilidade, bem como todos os processos que permitam envolver cada vez mais os jovens e as pessoas em situação de exclusão (de qualquer tipo).

Salientamos também a importância que os baixos níveis de qualificação detêm na diminuição de condições de participação nos processos de decisão complexos e burocratizados, sugerindo uma atenção constante do governo no sentido de promover a máxima simplificação possível ou garantir a existência de mediadores de inclusão e dinamização dos processos de participação de todos/as, designadamente dos públicos mais vulneráveis.

Em face disto, estruturou-se as recomendações no quadro seguinte.

Quadro de sistematização de propostas e recomendações – Grupo de Trabalho de Ambiente e Bem-estar

Propostas	Regulamentação	Configurações institucionais	Fontes de Financiamento	Exemplos e instrumentos operacionais
Apoio/reforço da Estratégia Nacional de Educação Ambiental (com algumas adaptações no sentido de aproximar às perspectivas e convicções das populações) e com incidência no contexto escolar	O enquadramento legal existente é suficiente. Não necessita de alterações específicas.	Desenvolvimento de um Observatório em Rede que analisa os indicadores e as tendências (dinamizado por uma organização de intermediação da sociedade civil, englobando entidades dos três sectores, nomeadamente, universidades), partilhando a informação nos canais de comunicação livre, envolvendo o sistema escolar.	Fundo Ambiental, complementado pelos FEEL e outras fontes de financiamento internacional para a promoção do Ambiente e Bem-estar (incluindo as dimensões educação, informação e saúde).	Diversos projetos desenvolvidos pelas ONGA, as associações de desenvolvimento local e algumas empresas funcionam como boas práticas de partilha e replicação.
Reforço do Valor da dimensão «Ambiente e Bem-estar» nas redes e nos sistemas de governação integrada de base territorial	O enquadramento legal existente é suficiente. Não necessita de alterações específicas.	Uma ONG nacional pode dinamizar uma Rede Nacional de Promoção do Bem-estar que articula a ação das múltiplas redes (sociais, de empregabilidade, educativas, etc.) de base territorial, focando-as nos ODS2030 e articulando diferentes agentes e articula com o Observatório.	Orçamento Geral do Estado, complementado pelos FEEL e outras fontes de financiamento internacional para a promoção do Ambiente e Bem-estar (incluindo as dimensões educação, informação e saúde).	As redes sociais municipais devem basear-se na abordagem SPIRAL, centrada no bem-estar. Os CLDS e outras estruturas de desenvolvimento local (Associações de Desenvolvimento Local e os processos de DLBCs) permitem concretizar esta abordagem.
Reforço financeiro do Orçamento Participativo Portugal com uma tónica de apoio específico a projetos de jovens no âmbito dos ODS 2030	O enquadramento legal existente é suficiente. Não necessita de alterações específicas.	O sistema actualmente existente pode ser ligeiramente afinado para o adequar a uma escala mais vasta de intervenção numa perspectiva de governança integrada com o apoio organizações locais ou distritais que representam todas as redes especializadas em cada ODS 2030.	Orçamento Geral do Estado, complementado por FEEL e outras fontes de financiamento internacionais destinadas à promoção da participação e cidadania	No âmbito da ENEA, o IPDJ pode promover o envolvimento associações juvenis e outras ONGs nacionais podem promover o envolvimento de associações locais nos processos de participação e concretização de projetos nestas áreas.
Criação de uma equipa interministerial ou unidade de missão do Desenvolvimento Territorial baseada na concretização local dos ODS 2030	Carece de aprovação no conselho de ministros.	Equipa de trabalho da Presidência do Conselho de Ministros a funcionar numa perspetiva de promoção da governança integrada de base territorial, com o apoio das redes Nacionais, com a representação de todas as redes especializadas em cada ODS 2030 e outras entidades da economia social.	Orçamento Geral do Estado, no âmbito da ENEA.	Unidades de missão, designadamente de Valorização do Interior e da Iniciativa Bairros Críticos.